

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROGRAMA DE INCENTIVO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL, NO DIA 21 DE JUNHO DE 2018

1. A reunião extraordinária da Comissão de Análise do Programa de Incentivo Fiscal (CAP) iniciou-se às 10h, com a presença de cinco membros. O vice-presidente da CAP, Diogo Baldacci, deu início à reunião e apresentou a seguinte pauta: a) Análise do projeto 15º Brasília Capital Moto Week; b) análise do complemento de informações do projeto **Cine Circular 2018** c) e deliberação sobre recurso do projeto **REVISTA TRAÇOS**, referente ao aumento de isenção fiscal do projeto, aprovado com 90%.
2. Diogo abre a reunião com informes gerais sobre a LIC, discorre sobre a relação dos projetos em pauta e esclarece que considerou necessário e oportuno que a CAP realizasse nova análise do pedido de recurso do projeto “Revista Traços”, tanto por considerar as deliberações da CAP durante a plenária do dia 15 de junho, quanto por haver informações adicionais relevantes para uma deliberação definitiva. Segue com os informes e avisa que, conforme acordado durante a plenária de 15 de junho, o atendimento aos proponentes ocorrerá conforme a nova metodologia aprovada naquele encontro. Decide-se por chamar os proponentes no início da reunião para apresentarem, objetivamente, o projeto.
3. Os representantes do projeto **15º Brasília Capital Moto Week** são convidados a entrar na sala. Começa-se com um breve resumo sobre o projeto, tratando da parte de mérito cultural do mesmo. É informado que nas segundas-feiras será realizado o cinema ao ar livre por meio de parceria com o projeto Cine Circular, porém o referido evento não consta nos documentos encaminhados à LIC, pois foi decidido há poucos dias. Sobre as bandas é informado que já foram escolhidas, foi criada uma comissão com membros da organização do evento que trataram da seletiva das bandas, as quais serão 50% do Distrito Federal. A Comissão questiona a respeito do item de isenção referente à campanha reservada ao protagonismo da mulher. Os representantes do projeto informam que haverá uma série de ações em que a mulher será protagonista, inclusive as quintas-feiras foram escolhidas bandas de rock femininas para realizarem o show. Sobre o item de isenção referente a fruição de bens, o proponente informa que foi fechado uma parceria com IFB para contratação de pessoas que queriam aprender sobre a academia de produção do evento. Sobre a ação de distribuição de cortesias para entrada do evento na comunidade da Granja do Torto, é informado que já há uma parceria com a prefeitura do local, e esta se responsabilizará pela ação. Após as devidas explicações os representantes se retiram.
4. Entram na reunião mais dois membros. A integrante Cláudia Rachid se retira da plenária para compor uma outra reunião.
5. Diogo informa que há necessidade de uma nova análise do recurso apresentado pelo projeto **Revista Traços**. Ele informa, que conforme foi conversado com a Comissão na última reunião do dia 15 de junho, a análise deve estar restrita ao caso concreto e possuir embasamento legal para deliberação. Diogo informa que a SUFIC considerou oportuno e necessário solicitar informações adicionais ao agente cultural. O Comissário Diogo lê as informações complementares apresentadas pelo agente cultural ao Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural. Os elementos apresentados pelo proponente são suficientes para a aprovação do recurso, a saber: observa-se que a responsabilidade de arcar com os itens de isenção apresentados é inteiramente do proponente. Em caso do não cumprimento das ações o proponente terá que devolver aos cofres públicos o valor referente a 5% do item de isenção. Dessa forma, mesmo que as ações de acessibilidade não estejam contempladas nas Planilhas Orçamentárias, a responsabilidade de conseguir a realização das mesmas é do proponente, não havendo impedimento na legislação. Sobre o item referente a fruição de bens, acredita-

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROGRAMA DE INCENTIVO
FISCAL DO DISTRITO FEDERAL, NO DIA 21 DE JUNHO DE 2018**

se que está contemplando o que o item de isenção propõe. Passa-se para discussão itens apresentados. Lucas Rafael coloca que não se sente confortável para aprovar o item referente acessibilidade. Ele informa que as ações apresentadas não são efetivas. Júlio César diz que na última reunião em que o projeto Revista Traços foi analisado, ele estava de acordo com as medidas apresentadas, porém como a maioria da Comissão havia colocado que as medidas de acessibilidade deveriam constar na planilha orçamentária, ele acabou por mudar seu voto negando o item. No entanto, em uma nova análise acredita-se que o item deve ser aceito e o proponente deve responsabilizar por realizá-lo. Dessa forma, o seu voto para o item de isenção em questão é a favor. Débora Aquino argumenta que o projeto trata-se de uma proposta louvável, que realiza mudança na vida das pessoas e é de extrema importância para a cultura de Brasília. Coloca também que o que deve ser analisado é a ação concreta do projeto, no caso a própria revista e não os demais desdobramentos da mesma. Sobre o item de acessibilidade apresentado, é votado a favor. É feita a contagem dos votos referente ao item de isenção de acessibilidade. O item é aceito por maioria, com um voto contra do integrante Lucas Rafael e uma abstenção, da comissária Cláudia. É lido o próximo item de isenção sobre fruição de bens. Lucas Rafael coloca que o proponente não apresenta comprovações anteriores das medidas apresentadas e quando foi solicitado o proponente não respondeu a contento. Acredita-se que a medida é também insuficiente, não sustentando o mérito a que se propõe. Débora Aquino coloca que quando trabalhou na Funarte era visível que a iniciativa da Revista Traços fazia uma grande diferença na vida dos porta-vozes. Diogo concorda com a proposta apresentada. Débora Aquino coloca que não há outra revista no DF que trate de cultura em paralelo com ações sociais. A integrante não concorda com as discussões que a Comissão tem com relação à revista. Após devidas discussões o item de isenção é colocado em votação. O item é aprovado por maioria, sendo cinco votos a favor, um contra (Lucas Rafael) e uma abstenção (Cláudia). Débora Aquino sugere que os proponentes da Revista Traços sejam chamados para uma conversa com a Comissão, para melhor explicação sobre o projeto. Por fim, a Comissão delibera por informar ao proponente pedindo que apresente comprovantes na fase de prestação de contas das ações propostas.

6. Passa-se então para análise e deliberação do projeto **15º Brasília Capital Week**. A relatoria do projeto é feita por Diogo Baldacci. São lidos os itens de isenção do projeto. O item de isenção referente a fruição de bens a camadas excluídas socialmente é questionado pelos membros da Comissão. Lucas Rafael coloca que o proponente deve apresentar mais informações sobre o voluntariado previsto em uma das medidas do item. Também é observado a necessidade de se apresentar mais informações sobre a distribuição de ingressos na comunidade da Granja do Torto. O item de isenção referente a acessibilidade é aceito. O item de isenção que contempla no mínimo 3 medidas em unidades socioeducativas, asilos ou orfanatos é aceito. Cláudia Rachid acredita que as ações referentes a esse item devem ser pensadas com relação ao objeto do projeto. A integrante acredita que as ações apresentadas pelo proponente não possuem conexão com objeto do projeto. Após considerações, é lido o item de isenção referente a campanha substancial a favor de direitos humanos. Lucas Rafael argumenta que a campanha “Somos todos iguais” não é efetiva contra discriminação. Ele acredita que trata-se de uma campanha genérica. Por haver divergência de opiniões a respeito do item, o mesmo é colocado em votação. O item é aprovado por maioria, sendo 3 votos a favor, um contra e uma abstenção. O item de isenção

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROGRAMA DE INCENTIVO
FISCAL DO DISTRITO FEDERAL, NO DIA 21 DE JUNHO DE 2018**

sobre propostas que contemplem a equidade de gênero é aprovado. A Comissão coloca que o projeto deve ser condicionado a realocar as rubricas referente a acessibilidade, que constam na planilha orçamentária global, na planilha orçamentária LIC. Sobre a equipe artística do evento, a Comissão entende ser necessário a apresentação da programação do evento juntamente com a lista de todas as bandas escolhidas. Sobre a planilha orçamentária LIC, a Comissão corrobora com a análise feita pelo parecerista externo, em que efetua glosa de duas semanas no período de toda a equipe técnica. O parecerista coloca que as atividades desempenhadas pela equipe técnica se referem apenas ao período de pré-produção e produção do evento. O projeto é colocado em votação. O projeto é aprovado por maioria, com uma abstenção. Cláudia Rachid se abstém da votação. A aprovação fica condicionada a apresentação das informações solicitadas acima, além das glosas. O projeto fica aprovado com 99% de isenção.

7. A reunião segue para pauta seguinte: análise do complemento de informação do projeto **Cine Circular 2018**. Mariana Resende faz a leitura da resposta do proponente. O proponente informa que a linha curatorial do projeto será filmes para família estilo blockbuster. O proponente não informa os locais exatos para execução do projeto, apenas as RAs em que serão desenvolvidos. Cláudia Rachid acredita que é necessária a apresentação da anuência dos espaços. A equipe LIC informa que na fase de pré-produção o proponente é obrigado a apresentar esses documentos para a autorização da movimentação bancária. A comissão entende necessário condicionar o proponente a apresentar filmes com legendagem. Sobre a planilha orçamentária LIC, a Comissão delibera pela glosa total da rubrica “pipoqueira”, além da readequação dos preços da planilha orçamentária LIC para a planilha orçamentária FAC, por se tratar do mesmo projeto. Sobre os itens de isenção, por já terem sido discutidos na reunião, fica deliberado pela aprovação de 95% de isenção fiscal do projeto. A Comissão permanece com a deliberação de que o item de isenção fiscal referente a campanha substancial a favor dos direitos humanos não é suficiente. O projeto é aprovado condicionado as questões levantadas acima.
8. A Comissão delibera por analisar o projeto Capitais do Brasil na próxima reunião.
9. A reunião se encerra às 12h10.

Diogo de Carvalho Baldacci

Claudia Rachid Machado

Lucas Magalhães Lopes

Silvia Letícia de Souza Campos

Lucas Rafael Pereira

Julio Cesar Dias Mota

Débora Aquino